

**Eixo Temático: Estratégia e Internacionalização de Empresas**

**EM PROL DA SUSTENTABILIDADE: REFLEXÕES CRÍTICAS A CERCA DO  
PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA AGRICULTORES  
FAMILIARES (PEAAF)**

**TOWARDS SUSTAINABILITY: CRITICAL REFLECTIONS ABOUT THE  
ENVIRONMENTAL EDUCATION PROGRAM FOR FAMILY FARMERS (PEAAF)**

Magali Rambo Anschau

**RESUMO**

Essa pesquisa arremete a análise crítica que envolve o Programa de Educação Ambiental para Agricultores Familiares do Ministério do Meio Ambiente com vistas para a sustentabilidade. O programa consiste em uma estratégia do governo para o desenvolvimento sustentável, neste sentido convém analisar os processos que envolvem as ações empreendidas pelo programa, julgando-as capazes ou não de atender aos princípios da sustentabilidade. Para essa análise foram considerados dois eixos temáticos, a Educação Ambiental e a Agricultura Familiar, considerando que o primeiro eixo deve estar relacionado com as questões teóricas e o segundo estando vinculado com a prática desta conscientização. Nesse sentido, priorizou-se pela abordagem profunda sobre as origens da crise ambiental, a qual foi tomada como subsídio teórico para a análise. Resultante dessa análise, a abordagem teórica da crise ambiental se mostrou frágil frente as ações. Já em relação a Agricultura Familiar esta apresentou avanços nas temáticas desenvolvidas habitualmente na prática que busca uma nova relação sociedade-natureza, porém está se mostra estéril frente a própria deficiência da Educação Ambiental entre outros fatores melhor explanados no decorrer do trabalho.

**Palavras-chave:** Sustentabilidade, Crise Ambiental, Programa de Educação Ambiental para Agricultores Familiares.

**ABSTRACT**

This research has the critical analysis that involves Environmental education program for family farmers from the Ministry of the environment with a view to sustainability. The program consists of a Government strategy for sustainable development, in this sense it is appropriate to analyse the processes that involve the actions undertaken by the programme, judging them able or not to meet the principles of sustainability. For this analysis were considered two thematic axes, environmental education and family farming, whereas the first axis must be related to theoretical issues and the second being linked with the practice of this awareness. In that sense, prioritized itself by the deep approach about the origins of the environmental crisis, to which was taken like theoretical subsidy for the analysis. Resultant of that analysis, the theoretical approach of the environmental crisis was shown fragile front the actions. Already regarding Family Agriculture this presented advancements in the themes developed habitually in the practical one that seeks a new relation society-nature, however is itself sterile sample facing own deficiency of the Environmental Education between others better factors explained in him elapse of the work.

**Keywords:** Sustainability, Environmental Crisis, Program of Environmental Education for Family Farmers.

## 1 INTRODUÇÃO

O PEAAF é um programa do Ministério do Meio Ambiente que foi criado a partir de reivindicações do Grito da Terra, uma marcha dos trabalhadores rurais que se realiza anualmente em Brasília, promovido pela Confederação Nacional da Agricultura em 2009. Essas reivindicações do movimento social dos trabalhadores rurais, contidos na pauta do Grito da Terra, sugerem propostas de melhorias na qualidade de vida do homem do campo construídas de forma participativa (Pauta Grito da Terra Brasil, 2009). O programa constitui uma proposta de desenvolvido especificamente para a agricultura familiar, através do desenvolvimento de ações educativas e transformações na produção agrícola familiar, frente a problemática socioambiental rural, apresentando uma proposta de educação não-formal com vistas na sustentabilidade e proteção dos recursos naturais.

Para o desenvolvimento deste estudo que consistirá na análise crítica e reflexiva do PEAAF, serão analisadas informações obtidas no endereço eletrônico do Ministério do Meio Ambiente, bem como materiais das oficinas que foram solicitados junto a equipe do PEAAF. Para a avaliação do que prevê PEAAF é necessário fazer uma análise de conjuntura, no sentido de tentar compreender o processo de formação, de como se dá o funcionamento do programa, em busca das contradições.

A análise será realizada sob influência das duas temáticas centrais, a Educação Ambiental e a Agricultura Familiar, sendo que além das possíveis críticas ao que está sendo estabelecido pelo programa far-se-á um embasamento teórico para a estruturação de como deveriam se dar os processos de envolvimento, em uma abordagem mais ampla, com a Educação Ambiental.

A importância deste estudo se refere as estratégias do governo que envolvem o desenvolvimento da sustentabilidade, ressaltando de que diversas metodologias e concepções sobre a sustentabilidade, e que envolvem esta, apresentam seus resultados de forma superficial e residual. Os projetos que envolvem a temática da sustentabilidade ficam restritos a uma prática cotidiana, normalmente através da reutilização de materiais que resultam em um produto, porém a perspectiva da problemática central que envolve os problemas ambientais é deixada de lado, tornando a atividade estéril.

É nesse sentido que se enfatiza a Educação Ambiental, a compreensão desta na discussão confere um propósito de transformação das ações dos seres humanos frente ao ambiente, em um processo que permita o desenvolvimento de valores e de mudança de atitudes frente ao meio. A Educação Ambiental deve se propor a reformular comportamentos humanos e a contribuir na conscientização a fim de garantir um ambiente sadio para todos os homens e todas as formas de vida, sendo o enfrentamento da desigualdade social uma função da Educação Ambiental, conferindo-lhe um caráter essencialmente político (TOZONI-REIS, 2004).

No que tange a Agricultura Familiar, entende-se que esta exerce um papel fundamental para o mantimento de tantas famílias que sobrevivem essencialmente de sua produção e pequenos rendimentos a partir de sua produção, compreendendo uma significância social para os pequenos proprietários rurais e conferindo-lhe a possibilidade da prática compreendida pela Educação Ambiental. A Agricultura Familiar é também altamente dependente de políticas públicas que possibilitem seu mantimento e melhorias na qualidade de vida das pessoas dependentes da mesma.

## 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

### 2.1 Em reflexão, o pensamento: As raízes da problemática ambiental

A crise ambiental é um processo que teve origem e alcançou a amplitude a partir do pensamento moderno, que é também uma crise de pensamento, através de diversas influências tidas ao longo da história. As características do pensamento moderno acabaram por propiciar o modo de pensar, influenciados pelo racionalismo, empirismo e mecanicismo (NOVO, 2006). A crise de pensamento inclui a divergência no modo de pensar a partir de ideologias que compreendem a relação sociedade e natureza e suas dimensões, sendo necessário refletir sobre questões pertinentes que vão além da dimensão ambiental.

A problemática ambiental, mais que uma crise ecológica, é um questionamento do pensamento e do entendimento, da ontologia e da epistemologia com as quais a civilização ocidental compreendeu o ser, os entes e as coisas; da ciência e da razão tecnológica com as quais a natureza foi dominada e o mundo moderno economizado (LEFF, 2003, p. 19).

O racionalismo de Descartes teve destaque com a publicação do Discurso do Método por Descartes em 1637. O autor buscou comprovar a existência do próprio eu com o conhecido dístico “penso, logo existo”, indicando que só quem pensa é racional e segundo o autor, interessa. Descartes também se utilizou da matemática para comprovar seus estudos, ressaltando resultados quantitativos. Já as influências do empirismo se deram por Bacon, que buscava um novo método capaz de permitir ao ser humano ver a realidade sem deformações, que a partir de suas observações, permitia reduzir diversas particularidades em uma realidade absoluta (NOVO, 2006). As contribuições de Bacon podem variar de acordo com a interpretação que se faz, porém sob a influência do pensamento moderno, sendo assim as concepções de Bacon auxiliaram na exploração desenfreada, contribuindo com a afirmação de um modo de pensar e consequentemente de agir sobre a natureza.

Se de um lado o cosmocentrismo naturalista, compartilhado por Bacon, valoriza o mundo físico junto com o homem, de outro, desencadeia igualmente um longo processo histórico de domínio e manejo do mundo, ameaçando, com seu poderio técnico, as próprias condições de sobrevivência do homem com a natureza e a sobrevivência do planeta (SEVERINO, 2009, p. 56).

Dentre as contribuições para a crise de pensamento do mecanicismo, este vincula a indagação de como e não por que, passando a enaltecer a utilidade da natureza. Esse momento é marcado também pela valorização física em detrimento do humanismo, onde passam a ser atribuídos valores a natureza e toda essa influência acaba afastando o sujeito e o contexto de convívio, as particularidades, os conhecimentos práticos, as experiências (NOVO, 2006). As razões econômicas encontraram um campo propício vinculado ao empirismo de Bacon, se apropriando da natureza e fazendo dela um meio de produção, que foi impulsionado por intermédio de outros meios, através da subjetividade a fim de garantir sua eficácia. Para Leff

A visão mecanicista da razão cartesiana converteu-se no princípio constitutivo de uma teoria econômica que predominou sobre os paradigmas organicistas dos processos da vida, legitimando uma falsa idéia de progresso da civilização moderna. Desta forma, a racionalidade econômica banuiu a natureza da esfera da produção, gerando processos de destruição ecológica e degradação ambiental (LEFF, 2010, p. 15).

No século XVIII, foram os economistas franceses, chamados de fisiocratas, que adotaram a idéia de produção, de consumo, de crescimento a partir do conceito de economia, passando a existir uma competição que implicava em prejuízo do outro. A economia passou a assumir a promoção do crescimento das riquezas geradas pela Terra, Quesnay (apud NAREDO,

2010) dizia que produzir não era apenas revender com benefício, mas também aumentar os recursos renováveis, essa foi a chamada economia da natureza que estendia seu objeto de estudo para a biosfera e os recursos naturais.

A problemática ambiental que envolvia a exploração e utilização da Terra e seus recursos naturais passou a ser considerada também, a exploração do homem pelo homem (ACSELRALD, apud TOZONI-REIS, 2004), valores éticos e morais são deixados de lado em virtude da forma como passou a se dar a relação sociedade e natureza. Nesse sentido, a problemática ambiental abarca a complexidade da relação sociedade e natureza que se refere as esferas econômicas, políticas, sociais e culturais. Essa relação sociedade e natureza que se desfaz dos valores humanos acaba também por influenciar historicamente a configuração desta relação a fortalecendo e a afirmando em um processo contínuo que mascarava seus princípios.

A idéia de que a relação homem-natureza é constituída pelas relações sociais estabelecidas pelos sujeitos é determinada pela construção social e material, pelo intercâmbio permanente. É determinante e determinada pela história da organização dos homens em sociedade; a mediação homem-natureza é construída socialmente pela história, é histórica (TOZONI-REIS, 2004, p. 102).

Um dos grandes princípios norteadores da crise de pensamento está no estabelecimento da relação entre economia e natureza. Primeiramente há que se destacar a diferenciação entre o conceito de sistema de uma e de outra, e que pode ser apontado como fonte da problemática em seu relacionamento. Ambos os conceitos possuem o sistema em sua definição, porém o conceito de sistema tido por um é diferente do tido pelo outro, a definição de sistema da economia diz ser um sistema equilibrado que termina com um valor monetário, já o sistema da ecologia é um sistema físico aberto, com trocas de materiais e energia em constante desequilíbrio (NAREDO, 2010).

A relação sociedade e natureza passou a ser mediada pela produção em prol do desenvolvimento, para que o desenvolvimento fosse afirmado e justificado, este foi associado ao crescimento, ao bem-estar, a positividade em um processo construído historicamente. O presidente Truman, após a segunda Guerra Mundial e em plena Guerra Fria, propôs um novo programa internacional de desenvolvimento que visava superar as antigas relações de exploração colonial, dizendo que ao contrário do imperialismo que beneficiava o estrangeiro, o novo programa de desenvolvimento era baseado em um trato justo e democrático, que iria contribuir para a maioria e para o crescimento das áreas subdesenvolvidas (NAREDO, 2010).

Os eventos científicos promovidos e publicações de estudiosos eram responsáveis pelas abordagens que rescindiam a narrativa que priorizava a produção e o desenvolvimento, sendo que um marco importante se deu a partir da publicação do I Informe de Meadows, em 1971 que apontava a inviabilidade do crescimento da população e seus consumos, indicando que o aumento de bens e serviços vem acompanhado de crescente extração de recursos e emissão de resíduos (NAREDO, 2010).

A questão ambiental se mostra mais uma vez conduzida a partir do estabelecimento do conceito de desenvolvimento sustentável, que surge após um momento histórico em que estudos apontavam a inviabilidade de um padrão regido pelo constante aumento da produção para o desenvolvimento. O termo sustentabilidade foi acrescido ao desenvolvimento como uma forma de restabelecer a confiança em uma forma de agir que continuava com o propósito econômico em detrimento do ambiente. O desenvolvimento sustentável prescreve uma combinação de termos contraditórios (NAREDO, 2010), pois o desenvolvimento se refere ao crescimento e a terminologia sustentável se refere aos limites que deveriam ser impostos ao desenvolvimento rompendo com a idéia de crescimento.

Todavia, o discurso da sustentabilidade chegou a afirmar o propósito de conseguir um crescimento econômico sustentado através dos mecanismos de mercado, sem

justificar sua capacidade de internalizar as condições de sustentabilidade ecológica, nem de resolver a tradução dos diversos processos que constituem o ambiente (tempos ecológicos de produtividade e regeneração da natureza, valores culturais e humanos, critérios qualitativos que definem a qualidade de vida) (LEFF 2011, p. 20).

A terminologia sustentabilidade se mostra carregada de questões ideológicas que imprimem diferentes concepções para o termo, porém a sustentabilidade a que se pretende envolver a Educação Ambiental consiste na recuperação de valores éticos e morais que refletem na mudança de atitudes frente ao meio ambiente e seu tratamento criando uma racionalidade ambiental. O significado de uma racionalidade ambiental deve integrar os potenciais da natureza, os valores humanos e as identidades culturais em práticas produtivas sustentáveis e incluir as inter-relações complexas de processos ideológicos e materiais diferenciados (LEFF, 2003).

Os valores ambientais se inculcam através de diferentes meios (e não só através dos processos educacionais formais), produzindo efeitos educativos. Estes valores vão desde os princípios ecológicos gerais (comportamentos em harmonia com a natureza) e uma nova ética política (abertura para a pluralidade política e a tolerância com o outro), até os novos direitos coletivos e os interesses sociais associados à reapropriação da natureza e à redefinição de estilos de vida diversos, que rompem com a hegemonia e centralização do poder na ordem econômica, política e cultural dominante (LEFF, 2011, p. 244).

Dentre os propósitos da Educação Ambiental, a conservação ambiental é tida como resultado de um processo de conscientização que envolve valores e diversas problemáticas que dão um delinear de um contexto para a Educação Ambiental, e não apenas a conservação ambiental por ela mesma. Além do atrelamento da conservação ambiental como um fim na Educação Ambiental, a Educação Ambiental também é definida de forma precipitada com o tratamento de resíduos, deixando de abordar toda a problemática que dá origem a esse resultado. Nesse sentido, a Educação Ambiental para a sustentabilidade procura romper com essas metodologias preestabelecidas que acabam por comprometer o sentido de conscientização, de agregar valores humanos para sugerir que as mudanças ocorram no cotidiano.

A Educação Ambiental na América Latina se deu em um processo tardio em relação a outros países desenvolvidos como é o caso dos Estados Unidos, sendo que a Educação Ambiental serviu como influência para a América Latina, se de um lado era possível fazer ajustes no processo e concepção que se tinha da Educação Ambiental a partir da crítica a este com intuito de melhorá-lo, por outro a Educação Ambiental dos países desenvolvidos veio como modelo sobreposto a realidade da América Latina, que obviamente não era a mesma. A Educação Ambiental na América Latina deveria conceber a educação como prática política para transformar a realidade, ressaltando o compromisso social da Educação Ambiental (GAUDIANO, 2006).

### 3 ASPECTOS METODOLÓGICOS

Primeiramente, a metodologia utilizada nesta pesquisa se refere ao levantamento teórico sobre as origens da crise ambiental utilizando autores com bibliografias mais recentes e internacionais como Novo (2006), Naredo (2010), além de autores nacionais, tendo como uma referência reconhecida as reflexões de Leff (2003), (2010), (2011) sobre a perspectiva ambiental, o autor Severino (2009) e Tozoni-Reis (2004). O fechamento deste capítulo sobre o referencial teórico se dá com o autor Gaudiano (2006) que faz algumas considerações sobre a

educação ambiental, um item importante nesta pesquisa, e que apresenta a finalidade e a necessidade da educação ambiental frente a problemática apresentada e suas origens.

Em seguida procedeu-se à pesquisa sobre o PEAAF no site do Ministério do Meio Ambiente, disponível em <http://www.mma.gov.br/educacao-ambiental/formacao-de-educadores/programa-de-educacao-ambiental-e-agricultura-familiar-peaaf>. Esta pesquisa teve por característica central a análise crítica do programa do Ministério do Meio Ambiente, se apropriando de todo material disponível no site do referido ministério referente ao PEAAF e sua aplicabilidade. Dentre os materiais analisados cabe destacar os objetivos, princípios, diretrizes, importância da ação e linhas de ação do programa, além de publicações do programas como o livro de Boas Práticas em Educação Ambiental na Agricultura Familiar, Guia Metodológico - Oficina do PEAAF, informações sobre os cursos de Educação Ambiental disponíveis na página e demais informações relevantes, estando estas disponíveis no link inicialmente descrito.

A primeira análise consistiu na verificação dos aspectos referentes a Educação Ambiental, como esta era abordada teoricamente, e dentro das possibilidades, como esta se dava na prática durante o desenvolvimento do programa e suas ações, informações estas disponíveis pelo Ministério do Meio Ambiente em sua página na internet. Nesta análise, também foram colocadas discussões sobre como a Educação Ambiental, fazendo uma inferência ao que era proposto pelo programa e as discussões decorridas por autores da área. Da mesma forma, se procedeu em segunda análise, nas questões referentes a Agricultura Familiar, abordando conceitos e a aplicações da Agroecologia. Também em um contraponto, se faz o exercício da análise que inclui a Educação Ambiental e a Agricultura Familiar sob a ótica da sustentabilidade e qual a relevância do que é exposto pelo programa e o que é admitido pela sustentabilidade. O período de análise correspondente a pesquisa se deu no ano de 2014.

## **4 RESULTADOS E DISCUSSÕES**

### **4.1 A Educação Ambiental admitida pelo PEAAF**

Na primeira conduta desta análise percebe-se que a localização do PEAAF no site do Ministério do Meio Ambiente está inserida no eixo Formação de Educadores, porém os materiais utilizados pelo programa não apontam qualquer parceria com o Ministério da Educação.

O PEAAF trata a Educação Ambiental como educação informal e voltada para a Agricultura Familiar, o que mais parece é que a utilização do termo Educação Ambiental se refere a mudança de conduta no meio rural, muito específica e que abrange mais precisamente ao manejo ambiental, que acaba limitando o processo de transformação em escala maior. Novo (2006) se remete a recuperação do que, em nível local, pode fortalecer e confrontar com a globalização hegemônica e ressalta a importância de ver em cada escala de representação não só o que se revela, senão também o que se esconde e identificar as articulações entre o local e o global.

Tendo em consideração a apresentação do programa, este apresenta que as ações educativas estão vinculadas a problemática socioambiental rural, voltado para a agricultura familiar sustentável e o manejo de territórios rurais. Outra questão a ser destacada se refere a implementação do programa que envolve instituições governamentais e não-governamentais, visto que existem divergências entre as ideologias público-privada onde uma instituição não-governamental pode estar em desacordo com o que o programa busca desenvolver em virtude de seus princípios estando uma instituição privada voltada para a lucratividade.

Por meio do desenvolvimento de ações educativas, busca-se a construção coletiva de estratégias para o enfrentamento da problemática socioambiental rural. Sua implementação se dá por meio do conjunto de instituições governamentais e não-governamentais ligadas à essa temática, com vistas à adoção de práticas sustentáveis na agricultura familiar e no manejo dos territórios rurais (Disponível no site do MMA em apresentação do PEAAF).

Dentre os objetivos do programa que totalizam quatro, apenas o terceiro que faz referência a educação quando estabelece a necessidade no fomento de processos educacionais críticos e participativos que promovam a formação, capacitação, comunicação e mobilização social, estando os outros três vinculados a agricultura e seu desenvolvimento.

Em relação a avaliação do estabelecimento de processos educacionais críticos e participativos, se faz necessária uma análise da aplicação do programa para apontar algo mais concreto a respeito. Contudo como pode-se perceber no relatório da primeira oficina de Educação Ambiental e Agricultura Familiar realizada em Brasília no ano de 2009, o departamento de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente preparou antecipadamente uma matriz lógica para a discussão das oficinas, cuja matriz lógica como consta no próprio relatório foi discutida anteriormente, porém a discussão sobre a matriz se refere a questões burocráticas e de planejamento prático e não o que está estabelecido na matriz lógica, o que acaba pondo em dúvida o processo participativo e crítico.

Na avaliação da primeira oficina é possível perceber uma contradição, quando se afirma que os participantes avaliaram positivamente o processo de discussão participativa e entre os aspectos que não foram bem avaliados está o tempo insuficiente para os debates e o aprofundamento das discussões (Relatório da Primeira Oficina de Educação Ambiental e Agricultura Familiar em Brasília, 2009, p. 6).

Nesse processo de participação e crítica se faz necessária a avaliação da capacidade das entidades e dos participantes em promover a qualidade no debate referente a temática. Para que esse processo seja íntegro se faz necessária uma formação anterior a esse processo com o intuito de promover o conhecimento e a crítica em questão. A isso também vincula-se o tratamento da Educação Ambiental dentro do programa, que deveria conter um espaço de conhecimento que poderia ser construído juntamente com o Ministério da Educação, pois até então a Educação Ambiental dentro do programa analisado está longe de ser alcançada, passando a compor uma função acessória que tem a função de promover a credibilidade.

A importância da participação e da crítica constitui um processo de cidadania, Reigota (2006) fala da nova cidadania se referindo a concepção de cidadania ideal e que deve ser conquistada que ao contrário da concepção liberal, não deve se vincular a uma estratégia das classes dominantes e do Estado para a incorporação política progressiva dos setores excluídos, com vistas a uma maior integração social, ou como condição jurídica, afirmando que ela deve ser uma estratégia dos não-cidadãos, dos excluídos, uma cidadania de “baixo para cima”.

A participação e a crítica se tornam fundamentais no sentido de que a sociedade está cada vez mais irracional frente a problemática ambiental e que se torna também social. A que se ter conhecimento da importância de ver as coisas na sua essência, conhecer as partes que compõe algo e saber que somos carregados de ideologias, que tantas vezes são carregadas sem ter o discernimento. Um exemplo claro disso, são as teorias de desenvolvimento que tinham o objetivo de erradicar a pobreza no mundo, e esse desenvolvimento que deveria melhorar as condições de vida das sociedades periféricas ao capitalismo acabou gerando sua crise (NAREDO, 2010).

O conhecimento e a participação devem estar intrinsecamente ligados para que possa haver a crítica, sendo a política um espaço essencial para compreender esta dimensão que deve estar voltada para a sociedade local e global. Deve haver uma articulação entre a política e a sociedade, pois a política passou a tomar a responsabilidade da sociedade, em participação e

monitoramento, modificando valores éticos e morais. A política passou a desarticular a relação do indivíduo com o coletivo e na ausência da interação com o coletivo a política se detém na parte interpessoal (jurídica) e não coletiva. Uma política do homem deve assumir a multidimensionalidade e a totalidade dos problemas humanos, mas sem tornar-se totalitária, ela deve integrar a administração, a técnica, o econômico sem se deixar dissolver pelo administrativo, o técnico, o econômico (MORIN, 2003).

A Educação Ambiental do programa se estrutura em atividades presenciais e semi-presenciais, sendo que as atividades presenciais estão relacionadas ao diagnóstico, planejamento e monitoramento participativo do PEAAF em âmbitos estadual e territorial, consistindo na preparação e realização das oficinas junto aos espaços em que as estratégias de intervenção serão postas em prática. Já as atividades semipresenciais compreendem a capacitação nas metodologias e temáticas desenvolvidas pelo PEAAF, o que para consistir na formação de técnicos voltados especificamente a parte prática desenvolvida pelo programa. Essas atividades semipresenciais ocorrem através da disponibilização de conteúdos no ambiente virtual de aprendizagem do Ministério do Meio Ambiente, tendo momentos presenciais, o que caracteriza o ensino a distância.

Em relação ao ensino a distância voltado para a Educação Ambiental é possível apontar algumas críticas que sugerem a inviabilidade deste tipo de ensino, pois o mesmo não é capaz de envolver os princípios da Educação Ambiental na sua forma de ensino. A Educação Ambiental compreende a relação com o ambiente em questão abrangendo as relações sociedade e natureza de um determinado local, assim como suas relações com o todo, sendo esse momento de convivência, de compartilhamento o cenário principal para que haja a Educação Ambiental. Além dos momentos teóricos, a Educação Ambiental prevê a intervenção em determinado ambiente, permitida pelo conhecimento em processo dinâmico em que a teoria não é apenas apresentada na prática, mas também vivenciada e experimentada.

Os dois tipos de atividades desenvolvidas pelo programa, no que tange a Educação Ambiental, conferem atividades práticas sem estabelecer uma relação com a totalidade que envolve a problemática ambiental, segundo o programa existe a relação entre os âmbitos estadual e territorial se referindo a normatização, aos projetos desenvolvidos nessas escalas, uma abordagem que acaba sendo insuficiente para a compreensão da realidade.

A perspectiva crítica frequentemente citada pelo programa analisado passa a ser posta em dúvida, visto que a Educação Ambiental sustentada pelo programa, como foi possível perceber nas reflexões anteriores, não permite a visão crítica. Para haver o posicionamento crítico sobre algo é necessário ter conhecimento do alvo que inclui todas as formas de conhecimento, entre teoria e prática, seguido posteriormente pela discussão no coletivo, onde será contemplada a reflexão do conhecimento adquirido anteriormente, assim como suas especificidades, seus nuances que acaba resultando em um posicionamento.

A Educação Ambiental deve propiciar uma leitura crítica da realidade através da tomada de conhecimento de processo histórico-culturais de dominação capitalista, que aliados a vivência exemplificam de forma tortuosa esse contexto de problemática ambiental. Neste sentido, a escala local se torna de extrema importância, pois é a partir dela que se encontra a forma mais viável para a compreensão das relações que se circunscrevem no espaço e suas conseqüências para este meio, caracterizando o primeiro espaço de intervenção do sujeito crítico, sem se desvincular com o global.

Nesta perspectiva, a Educação Ambiental estabelecida pelo programa não é capaz de cumprir com os anseios defendidos por uma Educação Ambiental para a Sustentabilidade que busca promover uma transformação na relação sociedade e natureza priorizando o desenvolvimento de valores éticos.



## 4.2 Agricultura Familiar e o PEAAF

A Agricultura Familiar foi vista como um impedimento do avanço da lucratividade pela expansão do latifúndio, que aliados a ambição do homem se utilizaram do ideal desenvolvimentista e tecnológica como uma forma de expandir seu avanço de uma maneira natural, adaptada ao sistema. É necessário considerar a questão ideológica para a Agricultura Familiar, pois essa pode influenciar de forma negativa através da ação do capital, efeitos da modernidade e avanços tecnológicos, gerando efeitos catastróficos na qualidade de vida das pessoas.

O PEAAF se estrutura em torno da Agricultura Familiar e busca desenvolver a Educação Ambiental, de acordo com seus pressupostos. Na apresentação do programa é descrito um tópico intitulado “A importância da ação”, fazendo uma referência a Agricultura Familiar. Em análise é possível perceber que algumas questões pertinentes a essa temática estão obscuras, como por exemplo, a problemática central que dá origem a essa configuração.

A pirâmide (figura 1) busca evidenciar a importância da ação através do estabelecimento da problemática adotada pelo programa se referindo a um modelo de produção insustentável, porém sem fazer a menção específica sobre o modelo capitalista. A segunda fase na pirâmide faz referência a monocultura para exportação, que se utiliza do uso intensivo de máquinas, fertilizantes e agrotóxicos, remetendo ao avanço tecnológico aos quais os produtores se vêm obrigados a aderir para continuarem produzindo, porém sem fazer esta análise crítica sobre o processo. Na terceira fase da pirâmide estabelecida, esta poderia estar envolvida na segunda fase da pirâmide, se houvesse sido reconhecido os efeitos da tecnologia para o campo.

Na fase seguinte da pirâmide são apontados como aliados para este modelo a mídia, a pesquisa e a extensão, sendo estes os reflexos de um problema que tem sua origem muito além destes, os quais não foram abordados. Quanto a exaustão da terra, não está claro de onde advém essa característica e pelo que esta é ocasionada, pois ao aliar em análise a exaustão da terra com as dificuldades econômicas, parece que se não fossem as dificuldades econômicas, não haveria exaustão da terra, sendo que a indagação que prevalece se refere a abordagem dos processos que resultam dessas dificuldades econômicas. A abordagem da problemática ambiental está intrinsecamente relacionada e envolve fatores que estão ocultos não apenas nesta pirâmide, mas na estruturação do programa.

Neste contexto se faz necessário resgatar a fase da pirâmide que aponta os aliados para o modelo insustentável, lembrando que o governo também é um incentivador de políticas para adesão as tecnologias das lavouras, através dos financiamentos por ele permitidos. Quanto ao esfacelamento desta configuração se pontua apenas o êxodo rural, sem mencionar a problemática ambiental, biológica, social, de saúde, cultural, dentre outras que possam surgir ainda.



Figura 1: Pirâmide de modelo de desenvolvimento rural predominante  
Fonte: PEAAF

O programa faz referência a importância da agricultura familiar de forma bastante tímida, com o tipo de produção advinda deste tipo de agricultura, sendo que apenas no quadro verde, circulado em vermelho e apontado pela flecha de mesma cor, e de difícil leitura na figura 2 é descrita a forte influência da agricultura familiar no abastecimento da população no Brasil, onde diz que apesar de cultivar uma área menos em lavouras (17,7 milhões de hectares) a agricultura familiar é a principal fornecedora de alimentos básicos para a população brasileira, sem fazer a menção de quantas hectares são utilizadas pela grande propriedade. Considera-se que a importância desses dados fortalece e esclarece os princípios e a importância da agricultura familiar para a sociedade e meio ambiente.



Figura 2: Agricultura Familiar e produção de alimentos  
Fonte: PEAAF

Dentre os objetivos do programa, três deles se voltam para a Agricultura Familiar e neles destaca-se a contribuição do desenvolvimento rural sustentável, o apoio a regularização ambiental das propriedades rurais para a agricultura familiar e a promoção da agroecologia e as práticas produtivas sustentáveis. Em relação as atividades desenvolvidas pelo programa para a Agricultura Familiar são estabelecidas linhas de ações que promovem a articulação com órgãos, políticas, planos e programas federais, outra linha se refere ao apoio a elaboração e implementação de ações nos estados, outra que fomenta projetos de Educação Ambiental na Agricultura Familiar e outras mais específicas para a Educação Ambiental.

Ao analisar os objetivos e as linhas de ação é possível fazer algumas considerações sobre o envolvimento da Agricultura Familiar no programa, é evidente que o programa se volta como uma forma de articulação entre políticas já existentes, órgãos e programas, assim como se volta para viabilizar a regularização ambiental das propriedades rurais. Esta articulação é algo importante e que dá maior funcionalidade e sustentação entre as partes envolvidas nessa articulação, mas há que se ter o cuidado da finalidade do programa não ficar restrita nessa articulação, para que os objetivos específicos dos programas envolvidos sejam atingidos.

O tratamento para com o desenvolvimento rural sustentável pelo programa não é capaz de atingir a sua plenitude frente as ações desenvolvidas, elas demonstram ser bastante técnicas e funcionais. O livro de Boas Práticas foi desenvolvido pelo programa a partir de metodologias desenvolvidas em vários locais do Brasil, separando-os por biomas e que tem por objetivo a difusão de metodologias que apresentaram um bom desempenho em determinado local, porém as ações capazes de contemplar a sustentabilidade requerem uma série de princípios que, a cima de tudo, considera as características locais fundamentais, entre elas as sociais, culturais e físicas, ou seja, a tentativa de promover ações generalizadas não são válidas, tendo em vista as particularidades locais e esclarecendo a diversidade biológica e cultural do Brasil.

Toledo (2006/2007) diz que a evolução da conservação requer uma evolução das instituições sociais, dos mecanismos econômicos e dos fatores políticos, que contribuem, ou ameaça, a conservação, sendo um dos principais aspectos sociais relacionados com a biodiversidade é, sem dúvida, o caso dos povos indígenas do mundo, a saber, a questão cultural. A colocação do autor, expressa a importância da biodiversidade do mundo, sendo que esta será protegida efetivamente, se for conservada a diversidade das culturas e vice-versa, o que está intimamente relacionado com as culturas tradicionais e seus valores para com um determinado local. Portanto, o livro de Boas Práticas deve ser utilizado com cautela a fim de respeitar alguns processos locais fundamentais para a atividade que priva pela sustentabilidade.

Dentre as diretrizes estabelecidas pelo programa duas delas são específicas para a forma como deve ser pensada a Agricultura Familiar, sendo que essas, apontam formas alternativas para a produção, chegando a citar a Agroecologia. A Agroecologia busca a eficiência dos sistemas agrícolas através do uso de várias técnicas e estratégias, cujo objetivo principal dos sistemas agroecológicos consiste em integrar componentes de maneira que a eficiência global seja incrementada, a biodiversidade preservada e a produtividade do agroecossistema e sua alta capacidade de se sustentar sejam mantidas (ALTIERI e NICHOLLS, 2003).

A Agroecologia reconhece e valoriza a sabedoria e as tradições locais, propondo um diálogo com a comunidade, respeitando as culturas, com uma visão de resultados em longo prazo, incentivando uma nova relação da sociedade com a natureza a partir de sistemas produtivos socialmente justos (ALTIERI e TOLEDO, 2011). Na atualidade a Agroecologia busca possibilidades de inovações e aperfeiçoamento, expandindo seu campo de influência e

melhorando a qualidade de vida das pessoas, sendo que a mesma encontra dificuldades em sua difusão.

A Agroecologia tem processos distintos da Agricultura Orgânica, visto que a Agricultura Orgânica se detém em produzir evitando ou reduzindo o uso de fertilizantes sintéticos e pesticidas, porém ainda pode haver o uso de insumos externos biológicos e/ou botânicos. Apesar da substituição de insumos na agricultura orgânica, os insumos alternativos acabaram gerando o mesmo efeito de mercado dos insumos utilizados pela agricultura convencional, sendo que os agricultores seguem dependendo de empresas e ainda são baseados em selos de certificação estrangeiros e caros. A principal diferença entre essas duas modalidades de produção agrícola, orgânica e agroecológica, se dá na esfera social e econômica que a agricultura agroecológica consegue satisfazer de forma positiva (ALTIERI e NICHOLLS, 2003). Dessa forma teoricamente, as práticas agroecológicas promovem os princípios que corroboram com os pressupostos da sustentabilidade, se mostrando uma alternativa eficaz em sua aplicabilidade.

De acordo com a análise do programa, que expõe a prática das atividades denominadas como agroecológicas, é possível por em questão se a Agricultura Familiar está realmente voltada para a Agroecologia a partir do conhecimento dos princípios agroecológicos, o que ocorre podem ser indícios do que poderia vir a ser futuramente uma agricultura agroecológica, em um processo de possível transição.

Essa percepção é apontada baseada também no livro Boas Práticas que retrata algumas experiências em relação a Agricultura Familiar e a Educação Ambiental, onde são apontados a diminuição do uso de fertilizantes, a mudança no tipo de produtos que não eram sustentáveis ambientalmente e economicamente, como é o caso da substituição da produção de carvão para a produção de hortaliças no projeto “Tarumã Vida: uma outra Amazônia é possível”. É evidente que existe uma melhora significativa na qualidade de vida das pessoas e também para o meio ambiente através dessas atitudes relatadas no livro, mas não caracteriza práticas de produção agroecológicas.

Dentre os relatos de experiência do livro, as intervenções dos técnicos com os agricultores acabavam sendo unilaterais, descrevendo que muitos agricultores familiares esperavam orientações na prática produtiva que deveria ser adotada. Essa passividade nas práticas pode reduzir o beneficiamento da implantação da agroecologia, visto que as atividades podem ficar restritas as orientações técnicas. O que deve ser incentivando pelos técnicos são as estratégias agroecológicas, descrevendo o que pode ser praticando a partir da perspectiva agroecológica, para que a atividade possa ter sequência frente a futuras situações que possam vir a ser encaradas, que poderão ser distintas das presenciadas.

A transição para as práticas agroecológicas conferem um processo lento, que vai além das mudanças de atitude, se refere a forma de pensar, o conhecimento visto com um posicionamento e a participação efetiva, sendo que muitas vezes não existe esse embasamento capaz de emancipar, de permitir a autonomia dos agricultores familiares.

## 5 CONSIDERAÇÕES

A importância de se considerar a Educação Ambiental de forma agregada a Agricultura Familiar é enriquecedora, se mostrando uma estratégia válida no tratamento da sustentabilidade, ainda que devam ser reavaliados os processo de conduta no desenvolvimento das ações abordadas pelo programa. A corrente de pensamento que conduz os preceitos da sustentabilidade, onde são expressas as relações entre a sociedade, meio ambiente e economia de igual teor, devem ser retomadas na prática, considerando o homem e o ambiente como o conjunto formador de um único sistema integrador. Dessa forma, as ações antrópicas estariam diretamente ligadas de forma consciente aos impactos sobre o ambiente, havendo uma cautela

considerável frente as ações dirigidas ao ambiente, em uma ação de causa e efeitos reconhecidos.

Em suma, as metodologias que priorizam o desenvolvem da prática, tornando deficiente a base teórica que a mantém, se repetem no caso do PEAAF. O programa parece estar voltado a priori para a Agricultura Familiar e suas formas de produção, deixando a desejar com a Educação Ambiental, que forneceria o subsídio teórico se justificando nas práticas agroecológicas e sustentáveis para a Agricultura Familiar. Contudo, pode-se considerar que a prática aplicada pelo programa analisado confere boas expectativas na práxis quando considerado o rompimento com metodologias puramente residuais, se aproximando de práticas que aproximam a sociedade do ambiente de forma harmoniosa.

A Agricultura Familiar através da Agroecologia busca resgatar saberes tradicionais de produção, fortalecendo o contexto social, se distanciando do modelo convencional de agricultura e suas implicações para o ambiente. A Agroecologia para a Agricultura Familiar compreende um campo propício para que os conhecimentos ocasionados pela Educação Ambiental sejam postos em prática, pois a essência e os valores da Agroecologia e da Educação Ambiental convergem entre si. As práticas agroecológicas no contexto da Agricultura Familiar também permitem que haja um contato maior com o meio que circunda o agricultor familiar e a sua família, possibilitando a atribuição de valores para com esse meio, valores estes, os quais a Educação Ambiental envolve em seus princípios.

Sobre as políticas participativas do programa analisado, a sociedade não possui subsídios suficientes para determinar a construção na coletividade, é necessário construir o conhecimento, possibilitando um novo olhar frente a problemática enfrentada no dia a dia por eles, o que poderia ter sido abordado através das implicações teóricas que envolvem a Educação Ambiental.

O PEAAF corrobora um caminho de mudanças, que como todo processo de desenvolvimento necessita de ajustes frente a sua conduta. Contudo, a iniciativa do programa apresenta propostas que devem ter algumas modificações, a fim de ocasionar a transformação frente a problemática ambiental, capaz de compreender os processos que envolvem a relação sociedade e natureza, contribuindo para uma sociedade justa e permitindo a sua autonomia frente ao mundo em que vivemos.

## REFERÊNCIAS

ALTIERI, M. A. & NICHOLS, C. I. **Agroecologia**: resgatando a agricultura orgânica a partir de um modelo industrial de produção e distribuição. Revista Ciência & Ambiente, Santa Maria, 2003.

ALTIERI, M.; TOLEDO, V. M. **The agroecological revolution in Latin America**: rescuing nature, ensuring food sovereignty and empowering peasants. The Journal of Peasant Studies. Vol. 38, nº 3, 587-612, julho 2011, tradução de Pablo Alarcón- Chaires revisada pelos autores.

BARBIERI, J. C.; SILVA, D. **Desenvolvimento Sustentável e Educação Ambiental**: uma trajetória comum com muitos desafios. RAM, REV. ADM. MACKENZIE, V. 12, N. 3, 52-82, maio/junho, 2011.

BRASIL, MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE, **O Programa de Educação Ambiental e Agricultura Familiar – PEAAF**, disponível em <http://www.mma.gov.br/educacao-ambiental/formacao-de-educadores/programa-de-educa%C3%A7%C3%A3o-ambiental-e-agricultura-familiar-peaaf>, acessado em julho de 2014.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental. **Boas práticas em educação ambiental na agricultura familiar:** exemplos de ações educativas e práticas sustentáveis no campo brasileiro / organizado por Adriana de Magalhães Chaves e Ana Luiza Teixeira de Campos. – Brasília: MMA, Departamento de Educação Ambiental, 2012.

GAUDIANO, E. G. Educação Ambiental, Lisboa: Stória Editores LTDA, 2006.

GRITO DA TERRA BRASIL 2009. Disponível em [http://portalctb.org.br/site/images/Arquivos/pauta\\_gtb\\_2009.pdf](http://portalctb.org.br/site/images/Arquivos/pauta_gtb_2009.pdf), acessado em junho de 2014.

LEFF, E. **Saber Ambiental:** sustentabilidade, racionalidade, complexidade e poder. 8ª ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

\_\_\_\_\_ **A Complexidade Ambiental.** São Paulo: Cortez, 2003.

MORIN, E.; KERN, A. B. **Terra Pátria.** Porto Alegre: Sulina, 2003.

NAREDO, J. M. **Raíces econômicas del deterioro ecológico y social.** Madrid: Siglo XXI, 2010.

NOVO, M. **El Desarrollo Sostenible. Su dimensión ambiental y educativa.** Madrid: McGraw Hill, 2007

SEVERINO, A. J. **Bacon:** a ciência como conhecimento e domínio da natureza. In: CARVALHO, Isabel Cristina de Moura; GRÜN, Mauro; TRAJBER, Rachel. Pensar o Ambiente: bases filosóficas para o educação ambiental. 1ª Ed. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009. 51-61.

TOLEDO, V.M. (2006/2007) **La racionalidad ecológica de la producción campesina.** Córdoba : Universidad Internacional de Andalucía; Universidad de Córdoba / Instituto de Sociología y Estudios Campesinos / Programa Interuniversitario Oficial de Postgrado: “Master en Agroecología: Un Enfoque Sustentable de la Agricultura Ecológica”. 13p. (Lectura del Modulo de Trabajo Personal).

TOZONI-REIS, M. F. C. **Educação Ambiental: natureza, razão e história.** São Paulo: Autores Associados LTDA, 2004.